**TERMO ADITIVO A CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765346**

Termo Aditivo: 2
Data de Assinatura: 31/10/2014
Vigência: 02/11/2014 a 01/05/2015
Classificação do Objeto: Outros
Justificativa: Prorrogação do Prazo de Vigência.
Contrato: 7-14
Exercício: 2014
Contratado: CARVALHO E AMORIM CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES
Endereço: R Dez, Bairro: Centro, 251
CEP. 68515-000 - Parauapebas/PA
Complemento: Rua Manaus, n.º 251, bairro Primavera.
Telefone: 9433463598
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765526**

Portaria: 282/2014
Objetivo: Deslocamento do colaborador Sebastião de Sousa Mesquita, responsável pelo núcleo Marabá a Ituperanga, efetuar a manutenção corretiva nos equipamentos de telecomunicações da cidade digital de Itupiranga. Recurso: 6622 - Modernização da Infraestrutura Computacional.
Fundamento Legal: Normativa nº001/2008 - AGE
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Itupiranga/PA - Brasil<br
Servidor(es): 73023/SEBASTIÃO DE SOUZA MESQUITA (Analista de Suporte) / 0.5 diárias (Completa) / de 05/11/2014 a 05/11/2014<br
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765603**

Portaria: 283/2014
Objetivo: Efetuar a manutenção do rádio cliente Ministério Público de Barcarena. Recurso: 6622 - Modernização da Infraestrutura Computacional.
Fundamento Legal: Normativa nº001/2008 - AGE.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Barcarena/PA - Brasil<br
Servidor(es): 73258/MARCEL SANTOS CABRAL (Analista de Suporte) / 0.5 diárias (Completa) / de 05/11/2014 a 05/11/2014<br
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

**DIÁRIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765606**

Portaria: 283/2014
Objetivo: Deslocamento dos colaboradores Marcel Cabral. A localidade de Barcarena. 6622 - Modernização da Infraestrutura Computacional.
Fundamento Legal: Normativa nº001/2008 - AGE.
Origem: BELÉM/PA - BRASIL
Destino(s): Barcarena/PA - Brasil<br
Servidor(es): 72056/IVANILDO FONSECA DE ANDRADE (Motorista) / 0.5 diárias (Completa) / de 05/11/2014 a 05/11/2014<br
Ordenador: THEO CARLOS FLEXA RIBEIRO PIRES

Instituto de Gestão Previdenciária
do Estado do Pará

**CONTRATO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765307**

Contrato: 32
Exercício: 2014
Classificação do Objeto: Outros
Objeto: O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (Data Center), COM IMPLANTAÇÃO, PARA MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI.
Valor Total: 428.400,00
Data Assinatura: 03/11/2014
Vigência: 03/11/2014 a 03/11/2015
Pregão Presencial: 19/2013
Orçamento:
Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
09272136965430000 449052 0261000000 Estadual
09272136965430000 339030 0261000000 Estadual
09272136965430000 339035 0261000000 Estadual
Contratado: TECH LEAD SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - EPP
Endereço: Av João Paulo II, 1950
CEP. 66095-495 - Belém/PA Telefone: 0000000000
Ordenador: Eudézia Martins D'Angelo

**SUPRIMENTO DE FUNDO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765345**

Portaria: 321/2014
Prazo para Aplicação (em dias): 60
Prazo para Prestação de Contas (em dias): 15
Nome do Servidor Cargo do Servidor Matrícula
MARIA DE NAZARE RODRIGUES DE SOUZA Secretária de

Diretoria 8086095
Recurso(s):
Programa de Trabalho Fonte do Recurso Natureza da Despesa Valor
09272136965430000 0261000000 339039 2.000,00
Observação: O prazo para aplicação do recurso a contar da data de emissão da ordem bancária.
Ordenador: Eudézia Martins D'Angelo

**PORTARIA DE LICENÇA PRÊMIO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765347**

PORTARIA Nº 322 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014
Dispõe sobre a CONCESSÃO DE LICENÇA Prêmio, conforme O processo nº. 2014/501887, de 03/11/2014.
A Diretora de Administração e Finanças do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pela PORTARIA Nº 112/2013, de 11/04/2013, publicado no DOE nº 32.376, de 15/04/2013, e considerando a Lei nº 5.810 de 24 de Janeiro de 1994, Art. 98.

RESOLVE:
I - **CONCEDER** a servidora **CAMILA BUSARELLO**, matrícula nº 55587635/2, ocupante do cargo de Procurador e lotada na Procuradoria Jurídica, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período de 05/11/2014 a 04/12/2014, correspondente ao triênio 2010-2013.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.
Eudézia Martins D'Angelo
Diretora de Administração e Finanças.

**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765416**

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados que foi homologado o Pregão Eletrônico Nº 13/2014 que tem como objeto Contratação de Pessoa Física ou Jurídica para elaboração e execução de um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, que inclua ações de ginástica laboral, massoterapia e palestras de orientação à saúde para atender as necessidades da IGEPREV. Empresa vencedora: **A.S PERSONAL, CNPJ: 20.670.652/0001-40**, cujo valor global a ser contratado é de **R\$ 78.255,00 (Setenta e oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais)**.

Belém (PA), 05 de Novembro de 2014.
Maira Silva Tupinambá - Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765675**

ERRATA DA PUBLICAÇÃO Nº 764693

Modalidade: Pregão Eletrônico
Número: 14/2014
Objeto: Contratar empresa especializada por um período mínimo de 36 meses, visando a prestação de serviço de suporte técnico, manutenção corretiva e evolutiva aos módulos do Sistema Informatizado e Integrado de Gestão Previdenciária - Eprev do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, de acordo com os serviços descritos no Termo de Referência.
Entrega do Edital: www.comprasnet.gov.br
Responsável pelo certame: MARIA GORETH SILVA DUARTE
Local de Abertura: www.comprasnet.gov.br
Data da Abertura: 17/11/2014
Hora da Abertura: 10:00
Orçamento:

Programa de Trabalho Natureza da Despesa Fonte do Recurso
Origem do Recurso
09272136965430000 339039 0261000000 Estadual
Ordenador: Eudézia Martins D'Angelo

Secretaria de Estado
da Fazenda

**JULGADORIA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765338**

EDITAL DE INTIMAÇÃO
A diretora da Julgadoria de 1ª Instância da Secretaria de Estado da Fazenda FAZ SABER ao sujeito passivo **HANGAR 188 COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA. EPP**, nº 15.279.781-5, que o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 012011510001327-6 foi julgado **PROCEDENTE**, ficando ciente da decisão após 15 dias da data de publicação deste Edital, podendo pagar o Crédito Tributário correspondente com 20% de redução da multa, em até 30 dias, na hipótese de pagamento integral da importância exigida ou recorrer da decisão, em igual prazo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários (TARF), findo o qual, sujeitar-se-á à cobrança executiva do débito, conforme estabelece a Lei Estadual nº 6.182/98. Outrossim, em caso de interposição de recurso voluntário ao TARF, o mesmo deverá ser apresentado à Julgadoria, sito na Av. Gentil Bittencourt, nº 2566, 3º andar.

Belém (PA), 05 de novembro de 2014.
LUZIA DO SOCORRO NOGUEIRA BARROS
Diretora da Julgadoria

ACÓRDÃO

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 765366
ATOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS - TARF PRIMEIRA CÂMARA
ACORDÃO N.4093- 1a. CPJ. RECURSO N.9499 - DE OFÍCIO (PROCESSO/AINF N.: 322012510000652-0) CONSELHEIRO

RELATOR: NILSON MONTEIRO DE AZEVEDO. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. A antecipação especial do imposto não se aplica às mercadorias sujeitas à substituição tributária, que encerre a fase de tributação. 3. Recurso de ofício conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/10/2014. DATA DO ACÓRDÃO: 23/10/2014.

ACORDÃO N.4092- 1a. CPJ. RECURSO N.9337 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172013510000302-4) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminares de nulidade do Auto de Infração e cerceamento do direito de defesa rejeitados por unanimidade, por restar claro e inquestionável nos autos todos os elementos comprobatórios da infração. 3. Deve ser indeferida a diligência quando constar nos autos as provas necessárias para a imputação da infração. Preliminar rejeitada por maioria de votos. 4. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação da matéria quando questionar a constitucionalidade ou validade da legislação tributária, nos termos do art. 26, inciso III, da Lei nº 6.182/98. 5. Deixar de recolher, no todo ou em parte, o ICMS devido por sujeição passiva por substituição tributária constitui infringência à legislação e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 6. Recurso voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/10/2014. DATA DO ACÓRDÃO: 22/10/2014.

ACORDÃO N.4091- 1a. CPJ. RECURSO N.9335 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172013510000303-2) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminares de nulidade do Auto de Infração e cerceamento do direito de defesa rejeitados por unanimidade, por restar claro e inquestionável nos autos todos os elementos comprobatórios da infração. 3. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação da matéria quando questionar a constitucionalidade ou a validade da legislação tributária, nos termos do art. 26, inciso III, da Lei nº 6.182/98. 4. Deixar de recolher, no todo ou em parte, o ICMS devido por sujeição passiva por substituição tributária constitui infringência à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/10/2014. DATA DO ACÓRDÃO: 22/10/2014.

ACORDÃO N.4090- 1a. CPJ. RECURSO N.9333 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172013510000301-6) CONSELHEIRA RELATORA: MARIA DE LOURDES MAGALHAES PEREIRA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Preliminares de nulidade do Auto de Infração e cerceamento do direito de defesa rejeitados por unanimidade, por restar claro e inquestionável nos autos todos os elementos comprobatórios da infração. 3. Não compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários a apreciação da matéria quando questionar a constitucionalidade ou a validade da legislação tributária, nos termos do art. 26, inciso III, da Lei nº 6.182/98. 4. Deixar de recolher, no todo ou em parte, o ICMS devido por sujeição passiva por substituição tributária constitui infringência à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades legais, independente do imposto devido. 5. Recurso voluntário conhecido e improvido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 20/10/2014. DATA DO ACÓRDÃO: 22/10/2014.

ACORDÃO N.4089- 1a. CPJ. RECURSO N.8503 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000177-1) CONSELHEIRA RELATORA: LUIZA HELENA MELO DE MENDONÇA. EMENTA: 1. ICMS - Auto de Infração. 2. Não cabe a este Tribunal a apreciação de matéria relativa à constitucionalidade ou validade de legislação tributária na forma do inciso III, do artigo 26, da Lei 6.182/1998. 3. Deve ser mantida a multa aplicada, em conformidade com a legislação tributária. 4. Devem ser excluídas da autuação as operações não sujeitas ao regime de substituição tributária. 5. Deixar de reter e recolher o ICMS, decorrente das operações com produtos abrangidos pelo Regime de Substituição Tributária, constitui infração à legislação tributária e sujeita o contribuinte às penalidades da lei, sem prejuízo da exigência do imposto devido. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido. DECISÃO: UNÂNIME. JULGADO NA SESSÃO DO DIA: 22/10/2014. DATA DO ACÓRDÃO: 22/10/2014.

ACORDÃO N.4088- 1a. CPJ. RECURSO N.8591 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000161-5)
ACORDÃO N.4087- 1a. CPJ. RECURSO N.8585 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000172-0)
ACORDÃO N.4086- 1a. CPJ. RECURSO N.8517 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000164-0)
ACORDÃO N.4085- 1a. CPJ. RECURSO N.8513 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000168-2)
ACORDÃO N.4084- 1a. CPJ. RECURSO N.8511 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000165-8)
ACORDÃO N.4083- 1a. CPJ. RECURSO N.8509 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000166-6)
ACORDÃO N.4082- 1a. CPJ. RECURSO N.8507 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000167-4)
ACORDÃO N.4081- 1a. CPJ. RECURSO N.8505 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000183-6)
ACORDÃO N.4080- 1a. CPJ. RECURSO N.8501 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000180-1)
ACORDÃO N.4079- 1a. CPJ. RECURSO N.8499 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000182-8)
ACORDÃO N.4078- 1a. CPJ. RECURSO N.8497 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000181-0)
ACORDÃO N.4077- 1a. CPJ. RECURSO N.8495 - VOLUNTÁRIO (PROCESSO/AINF N.: 172010510000179-8)